

PANORAMA DA POBREZA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NÃO CONTRIBUTIVAS

Chesil Batista Silva¹

Lia Hasenclever²

GT 2 – Políticas públicas, pandemia e sociedade

Resumo

A pobreza e a desigualdade no Brasil possuem raízes históricas ainda permanentes atualmente e afligem uma gama gigantesca da população nacional. Nesse sentido, se faz necessária a implementação de políticas públicas estratégicas de redistribuição de renda, com o objetivo de diminuir a desigualdade existente no país. No século XXI várias intervenções de transferência de renda foram promulgadas pelo poder público, no entanto, questões políticas e macroeconômicas tornam estes movimentos pouco eficientes. Este trabalho problematiza se os programas de transferência de renda não contributiva estão tendo efeitos para uma redução significativa da pobreza no país. O objetivo principal deste artigo é analisar a evolução da pobreza e o impacto das políticas de transferência direta de renda não contributivas desenvolvidas no Brasil, nos primeiros vinte anos do Século XXI. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e documental de natureza exploratória e descritiva. Conclui-se que a transferência monetária por si só não foi efetiva no combate à pobreza. Principalmente devido a fatores políticos e macroeconômicos.

Palavras-chave: Pobreza; Programas Sociais; Transferência de Renda.

Abstract

Poverty and inequality in Brazil have historical roots that are still permanent today and afflict a huge range of the national population. In this sense, it is necessary to implement strategic public policies for income redistribution, with the objective of reducing inequality in the country. In the 21st century, several income transfer interventions were enacted by the government, however, political and macroeconomic issues make these movements inefficient. This paper discusses whether non-contributory income transfer programs are contributing to a significant reduction in poverty in the country. The main objective of this article is to analyze the evolution of poverty and the impact of non-contributory direct income transfer policies developed in Brazil in the first twenty years of the 21st century. This is a bibliographic research, with a qualitative and documentary approach of an exploratory and descriptive nature. It is concluded that the cash transfer alone was not effective in combating poverty. Mainly due to political and macroeconomic factors.

Key words: Poverty; Social Programs; Income Transfer.

¹Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes, chesil.batista@gmail.com, Bacharel em Administração – ISECENSA e Especialista em Controladoria e Finanças – Universidade Federal Fluminense.

² Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes, lia@ie.ufrj.br, Doutora em Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Introdução

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, onde a permanência de grupos sociais em situação de pobreza e desigualdade fomentam questionamentos sobre a eficácia dos dispositivos de assistência social. A persistência da pobreza, o avanço da miséria e a perpetuação da desigualdade ampliam os desafios do Estado, sobretudo na efetivação de políticas públicas, por meio de programas de transferência direta de renda para a população em vulnerabilidade social.

A desigualdade social brasileira pode ser analisada a partir de diversos aspectos: pelas suas raízes históricas, pelo capitalismo, pelo acelerado processo de urbanização, ou ainda pela ausência de políticas sociais consistentes. A relevância dessa temática se dá por tratar-se de um fenômeno que incide sobre as condições de vida e dignidade de milhões de pessoas, além de intervir no desenvolvimento econômico e sustentável do país.

No Brasil, os programas de transferência de renda não contributivos¹ passaram a ser uma forma de enfrentamento à fome e à miséria da população. A partir de 2001, com a implementação do Cadastro Único (CadÚnico) os Programas Sociais do Governo Federal de natureza não contributiva, como o Bolsa Família (PBF), foram experiências bem-sucedidas, com relevantes impactos iniciais sobre as condições de vida da população beneficiária, mas efeitos esses rapidamente deteriorados com as perdas inflacionárias, restrição orçamentária e estagnação do público atendido.

Com o surgimento da covid-19 no Brasil, o Auxílio Emergencial foi concedido pelo Governo Federal com o objetivo fornecer proteção aos mais vulneráveis, no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia. Apesar dessas e outras iniciativas, estudos apontam que, tendo como referência as últimas décadas, a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021 (BANCO MUNDIAL, 2022).

¹ Os programas de transferência de renda não contributivos são um direito social, que visa assegurar a sobrevivência das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, por meio de benefício financeiro, sem a necessidade de contribuições anteriores ao Estado, para proporcionar autonomia financeira aos cidadãos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2021).

O questionamento aqui levantado é em que medida os programas de transferência de renda não contributivos têm impactado na redução da pobreza dos brasileiros?

O objetivo deste artigo é analisar a evolução da pobreza e o impacto das políticas de transferência direta de renda não contributivas desenvolvidas no Brasil no Século XXI, a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Transcorre por todo o trabalho, como ponto de atenção, a importância de explorar os contornos assumidos pela gestão de políticas públicas, permitindo assim, a identificação de aspectos relacionados a performance das ações para o alcance dos objetivos e resultados previstos nesse escopo.

Além dessa seção introdutória, o estudo apresenta mais cinco seções. A segunda seção aborda o panorama e a dinâmica da pobreza no Brasil. A terceira seção apresenta dados sobre os programas de combate a pobreza nos primeiros dez anos do século XXI. A seção seguinte apresenta os aspectos da pobreza e das políticas públicas entre 2010 e 2021. Na seção cinco, traz-se o levantamento a respeito das políticas públicas de transferência de renda e sua participação no cenário de pandemia. Por fim, na sexta seção são apresentadas as considerações finais.

2. A pobreza no Brasil

A pobreza é um fenômeno multidimensional que envolve questões que vão além da insuficiência de renda, uma vez que, inclui elementos de ordem cultural e social de uma pessoa ou família, de modo que, outras carências devem ser consideradas quando se trata de pobreza. Para Souza *et al.* (2019) pobreza não se define de uma única forma, contudo há consenso na importância de se reduzi-la.

Entretanto, alguns organismos estatísticos medem a pobreza exclusivamente referindo-se à insuficiência de rendimentos que uma família dispõe para obtenção de bens e serviços capazes de conferir qualidade de vida. Nesse contexto, é considerado pobre aquele que não possui rendimentos suficientes para manutenção de sua subsistência de acordo com algum critério monetário estabelecido (IBGE, 2020). Esta é uma medida universalmente aceita, ainda que os níveis de renda para caracterizá-la possam diferir.

No mesmo sentido, a pobreza extrema é caracterizada pela dificuldade ou incapacidade para prover o próprio sustento e de uma família que por consequência pode gerar fome, adoecimento, falta de moradia ou moradia em área de riscos, discriminação social, desemprego, aumento de violência, entre outras. A pobreza extrema pode se manifestar de múltiplas formas além da insuficiência de renda, incluindo insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia, entre outras. Trata-se de “um fenômeno que ganha forma, percepção e significados a partir das relações sociais” (RÜCKERT, 2019, p. 317).

No Brasil não há uma definição oficial para caracterizar o estado de pobreza, assim, vários níveis de renda são utilizados. Por exemplo, o nível de 1/2 salário-mínimo de rendimento domiciliar per capita serve de parâmetro para inscrição de famílias no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). A linha internacional do Banco Mundial para extrema pobreza é de US\$ 1,90 por dia (R\$ 172 mensais) e de pobreza US\$ 5,50 (R\$ 497 mensais) utilizados como referência em países com renda média alta, grupo no qual o Brasil está inserido (IBGE, 2020).

Ainda de acordo com o IBGE (2020), o tema pobreza e desigualdade desencadeia grandes debates sobre a capacidade estatal de criar e aplicar estratégias de intervenção, que sejam adequadas a demanda crescente caracterizada pela multidimensionalidade, intersetorialidade, transversalidade e outros aspectos que contribuem na complexibilidade de criação das políticas públicas. Estas questões se intensificam em cenários onde as expectativas em relação à ação pública são crescentes, principalmente no que se refere aos níveis de bem-estar social e econômico da sociedade.

Na história recente do Brasil houve uma redução das desigualdades, movimento este que possuía como base uma série de políticas públicas e decisões governamentais. Destaca-se entre as estratégias adotadas para o enfrentamento da pobreza no Brasil a implementação, evolução e consolidação do PBF, além de outras políticas já consolidadas que impactaram diretamente a população mais pobre do país, como por exemplo: a redução do índice de desemprego; a valorização do salário-mínimo; a majoração de políticas de crédito; o investimento em infraestrutura social nas áreas urbanas; o investimento na habitação popular; políticas de apoio a

agricultura familiar; apoio social e produtivo de comunidades tradicionais; as políticas de reconhecimento das minorias; a implementação e ampliação dos sistemas de cotas; e o fortalecimento do CadÚnico (BEGHIN, 2022).

3. Primeira década do século XXI

Após sucessivos eventos adversos nos âmbitos econômico-financeiros, tanto internos como externos, o início do século XXI trouxe um novo cenário de desenvolvimento para o Brasil que, conseqüentemente, repercutiu diretamente sobre os indicadores de pobreza e da redução das desigualdades socioeconômicas.

No âmbito das políticas públicas foi criada uma Rede de Proteção Social – RPS em 2001, envolvendo os programas de transferência direta de renda como: Previdência Rural (1971), Renda Mensal Vitalícia (1972), Abono Salarial do PIS/PASEP (1977), Seguro Desemprego (1988), Benefícios de Prestação Continuada (1996), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1995), Bolsa Alimentação (1998), Bolsa Escola (2001), Agente Jovem de Desenvolvimento Humano (2001), Bolsa Qualificação (2001), Auxílio Gás (2002) e Seguro Safra (2002) (fonte).

Ainda em 2001 foi lançado o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, trata-se de um sistema para identificação, seleção e registro de beneficiados, que teve como objetivo unificar e integrar os cadastros dos beneficiários, visto que, até então, cada programa tinha o seu próprio cadastro. No entanto, segundo Silva (2006), após um ano de seu lançamento apenas cerca de 5 milhões de famílias, ou seja, 52% do número de famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo per capita faziam parte do cadastro. Em 2002 os Programas inseridos pelo Cadastro Único eram: Bolsa-Alimentação; Bolsa-Escola; Bolsa Criança Cidadã; Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Auxílio-Gás. Neste período, “os indicadores de pobreza se estabilizaram em torno de 21% até 2003, sofrendo apenas leves variações para mais ou para menos em função do desempenho da economia” (ROCHA, 2013, p.11).

Já no início do governo do Presidente Luiz Inácio da Silva – Lula (2003) os programas de transferência direta de renda passaram a ser prioridade para o enfrentamento da fome e da pobreza no país. Apesar das dificuldades da economia

da época, com inflação anual de 12,53%, dólar equivalente a quatro reais, escassez em linhas de crédito e uma dívida externa que constituía um grande peso nas contas públicas, o programa de segurança alimentar Fome Zero e a implementação do Programa Bolsa Família foram as primeiras iniciativas do governo (IPEA, 2015).

Com a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) deu-se início a uma queda acentuada da proporção de pobres no país. “Fenômeno inédito pelo menos desde a década de 1970” (SOUZA, 2022, p. 6). Em sua implementação, em 2003, o PBF atendia 3,6 milhões de famílias (BRASIL, 2021).

O ano de 2004 foi marcado pelo aumento do nível de atividades econômicas, um período com características favoráveis à renda, inclusive das famílias pobres. O período entre 2003 e 2008 registrou a volta do crescimento econômico, o aquecimento do mercado de trabalho e a expansão das políticas redistributivas, que impulsionaram a bonança até 2014. Estes fatores atuaram de forma constante e cumulativa de modo que possibilitou redução da pobreza. Entre os anos de 2003 e 2008, o percentual de pobres caiu pela metade (em média, 1,5 ponto percentual por ano) enquanto a renda dos extremamente pobres cresceu 9% ao ano (SOUZA, 2022).

Apesar da crise financeira que começou nos Estados Unidos em 2007 e levou a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial, em 2008 e 2009, não houve grandes variações da pobreza nesse período no Brasil, porém a sua redução subsequente foi cada vez mais lenta, refletindo a deterioração das condições políticas e econômicas e fez com que terminássemos o ano de 2010 com taxas comparáveis às registradas em 2009 e repetidas em 2011 (SOUZA, 2022).

4. Segunda década do século XXI

O país entrou na segunda década do século XXI cheio de esperança com relação às tendências da desigualdade de renda. Sobretudo porque a primeira década fora a melhor já vivida pelo país em termos distributivos. De 2001 e 2011, a renda média das famílias cresceu mais de 30%, a desigualdade, de acordo com o coeficiente de Gini, caiu mais de 10%, e as taxas de extrema pobreza e de pobreza recuaram, respectivamente 4 e 12 pontos percentuais (SOUZA *et al.*, 2019).

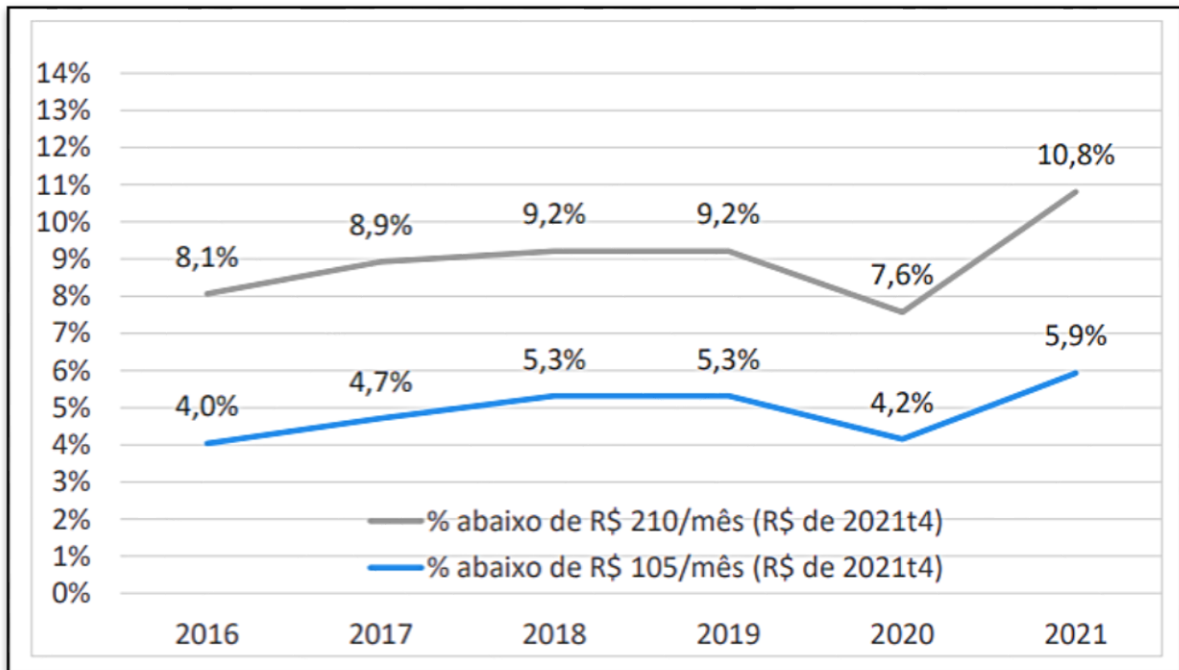
O Plano Brasil sem Miséria, implantado no governo Dilma Rousseff (2011) teve como objetivo diminuir a extrema pobreza, aumento da inclusão no mercado de

trabalho por meio de qualificação e do acesso de serviços públicos. A construção do Plano Brasil sem Miséria partiu de políticas e ferramentas já desenvolvidas no governo anterior, principalmente, o Programa Bolsa Família, que teve uma experiência de sucesso, até então, na redução da pobreza. Em 2011 havia 36 milhões de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, onde 14 milhões saíram da condição de miserabilidade (BRASIL, 2015). Entre 2004 e 2014, o número de beneficiários aumentou de 16 milhões para 56 milhões, atingindo aproximadamente um quarto da população do país. A proporção da renda total do país, apropriada pelos 10% mais pobres, obteve um aumento de 51% para esse período. Nesse intervalo ocorreu uma redução de 63% na proporção de pobres, onde além de maior intensidade se apresentou de forma sustentada ao longo do tempo (LUCENA, *et al.*, 2021). Nesse sentido, os autores destacam que ao avaliar os efeitos do Bolsa Família no combate a pobreza, também devem ser considerados os efeitos positivos na economia do país. “O resultado desse acúmulo é que, em 2014, o Brasil atingiu a menor taxa de extrema pobreza dos últimos anos” (BEGHIN. 2022).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi uma experiência bem-sucedida com relevantes impactos sobre as condições de vida da população beneficiária, pelo menos até 2014, quando o Brasil entrou em recessão e sua moeda sofreu uma das maiores desvalorizações entre os mercados emergentes, e o bom desempenho da PBF não mais se traduziu em efeitos positivos, uma vez que ficou estagnado quanto ao público atendido e encolheu em termos orçamentários devido às perdas inflacionárias.

Em 2016 com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a chegada ao poder de Michel Temer, se inicia um processo de desmonte das instituições criadas nos governos antecessores para a promoção dos direitos humanos. Com a implementação de uma agenda liberal e uma política fiscal contracionista associada a admissão da PEC 95/2016 pelo Congresso Nacional, conhecida como Teto de Gastos, que acabou por limitar os gastos públicos primários por vinte anos. De acordo com Beghin (2022) mesmo não extinguindo as instancias de participação social, a gestão do presidente Michel Temer enfraqueceu esses espaços. A combinação dos fatores, crise econômica, queda acumulada superior a 7% do produto interno bruto (PIB) nos anos de 2015 e 2016, somados a diminuição da atuação do Estado, resultou em um aumento substancial da pobreza entre 2016 e 2019 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Pobreza anual (2016 – 2021)



Fonte: Neri (2022 a).

Embora o nível de pobreza tenha aumentado entre o ano de 2016 e 2017, até 2019 o nível permaneceu praticamente estável. Entre 2014 e 2019, a taxa de pobreza, com as transferências de renda dos programas governamentais, aumentou um pouco em relação a taxa de pobreza sem as transferências (SOUZA, 2022). Na prática, o PBF deixou de ser efetivo no momento que deveria ter sido prioritário para diminuir o sofrimento dos mais pobres.

A situação da atuação estatal contra a pobreza e a extrema pobreza piora a partir de 2019 com a ascensão ao poder do presidente Jair Bolsonaro, com ações desconectadas da política nacional até então vigente e com alterações ou enfraquecimento das operações estruturadas de combate a pobreza, geraram um comprometimento da efetividade dos programas, um exemplo foi o PBF diminuído em termos reais.

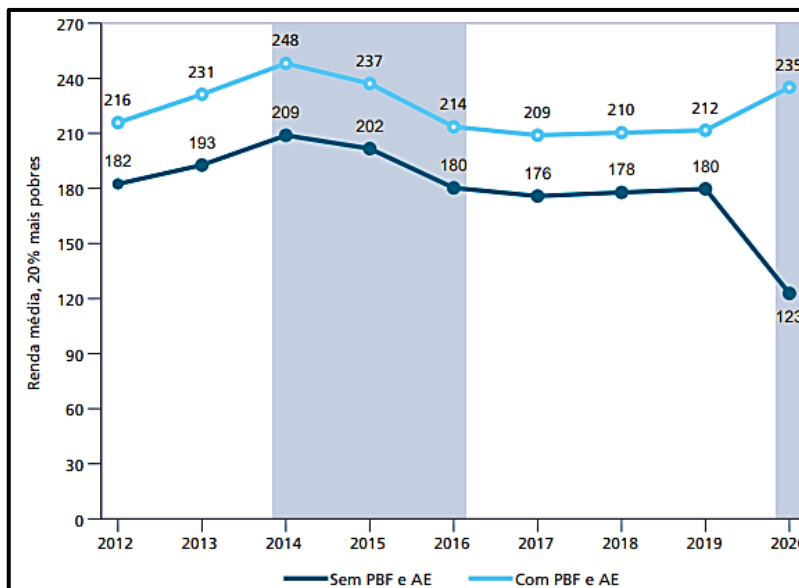
5. O papel do programa bolsa família e do auxílio emergencial na recessão e na pandemia de covid-19

Neste contexto de desmonte que o Brasil é atingido pela pandemia de covid-19 em 2020. Desta maneira a crise econômica que se arrastava por anos se soma a políticas de austeridade e ainda agravado por uma situação pandêmica de saúde. A situação poderia ser ainda pior se não fosse a implementação do Auxílio Emergencial (AE) em períodos distintos de 2020 e 2021, auxílio este fruto da pressão da sociedade civil organizada e que chegou a beneficiar no auge do programa no período entre março e agosto do ano de 2020, um quantitativo superior a 60 milhões e pessoas (INESC, 2021).

Em 2020 no início da pandemia de covid-19 cerca de 3 em cada 10 brasileiros se enquadravam na descrição de indivíduo pobre, aproximadamente 8% da população. A renda média *per capita* dos 10% de brasileiros mais ricos antes da pandemia era superior e 50 vezes a renda *per capita* dos 10% mais pobres, e a renda dos 5% mais ricos era 77 vezes maior que a dos mais pobres. Nesse contexto, um em cada cinco brasileiros estava inserido na pobreza crônica, a maioria desta população não possuía emprego formal e os domicílios eram chefiados por indivíduos com nível de instrução abaixo ou igual ao ensino fundamental incompleto. Desta forma, os pobres e vulneráveis brasileiros mais impactados negativamente pelos efeitos da pandemia (BANCO MUNDIAL, 2022).

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2022) o AE se constituiu a partir de um pagamento mensal no valor de R\$:600,00 por um período de três meses para famílias de baixa renda, trabalhadores informais e autônomos. O programa teve início em abril de 2020, em julho do mesmo ano recebeu uma prorrogação de mais dois meses e em setembro foi prorrogado por mais quatro meses, no entanto nesta última prorrogação o benefício teve seu valor reduzido pela metade. No que se refere a distribuição de renda, este programa foi muito relevante para as famílias, entre junho e setembro de 2020, o benefício representou cerca de metade da renda *per capita* das famílias mais pobres e um terço da renda das famílias de segundo quintil, já para os beneficiários que se enquadravam no meio da classe de distribuição o benefício representou cerca de 20% da renda geral (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Renda média per capita dos 20% mais pobres com e sem transferências do PBF e do AE – Brasil (2012 – 2020) em (R\$ de 2020).



Fonte: Souza (2022).

De acordo com Souza (2022) o AE teve um forte impacto na queda da pobreza, apresentando ótimos resultados, tanto em relação a renda dos 20% mais pobres onde se observa no Gráfico 2 que houve um aumento significativo, quanto na linha da pobreza que sofre um recuo. Isso se deu devido ao posicionamento do Congresso Nacional, que aumentou os valores e ampliou a área de atuação do AE em relação a proposta inicial, além de uma implementação rápida e eficaz deste novo benefício. Desta forma, o AE levou o Brasil a um patamar próximo ao de 2004 – 2005, com redução substancial na taxa de pobreza depois de anos de alta, em relação a renda o AE foi muito relevante para sua elevação, sem o benefício a renda média dos 20% mais pobres cairia aproximadamente 32% em relação a 2019.

Neste período a economia brasileira sofreu sua pior contração da história, que atingiu o mercado de trabalho diretamente e conseqüentemente a vida dos cidadãos pobres e extremamente pobres que por sua situação já são os mais vulneráveis em situações de crise econômica. A resposta do Estado para a crise foi a expansão das políticas de transferência de renda, visando minimizar os efeitos negativos da pandemia de covid-19. Segundo o IBGE (2021), no ano de 2020, 1 em cada 4 cidadãos brasileiros vivia em situação de pobreza, uma equivalência aproximada de 50 milhões de pessoas, com renda individual inferior a R\$:450,00 mensais, e em

característica de extrema pobreza foi mensurado um quantitativo de 12 milhões de pessoas vivendo com uma renda mensal inferior a R\$:155,00 no Brasil.

A posterior instituição do AE de R\$:600,00 resultou em uma queda no quantitativo de brasileiros em estado de pobreza saindo em agosto de 2020 de aproximadamente 65,4 milhões para 42 milhões de pobres, no entanto após a interrupção do AE a população brasileira pobre se eleva e chega a 71,9 milhões em março de 2021 (NERI, 2022b)

A pobreza e a desigualdade ascenderam após a redução substancial e posterior descontinuação do AE em 2021, com índice de desemprego elevado, alto custo de vida e a precarização de vários postos de trabalho deteriorando a renda e aumentando a informalidade, contribuíram para o aumento das desigualdades. A renda familiar reduziu em 44,6% dos domicílios brasileiros e 38,7% dos domicílios não conseguem atender suas necessidades básicas. Desta maneira, observa-se que os ganhos temporários de sensação de bem-estar social de 2020 desapareceram acentuadamente e a taxa de pobreza aumentou em 6% em 2021, da mesma maneira, a desigualdade também aumentou, com o coeficiente de Gini chegando a 0,506 em 2021 em relação aos 0,474 em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2022).

6. Conclusão

No período analisado (2000/2021) a literatura apresenta que o nível de pobreza da população brasileira oscilou em movimentos positivos e negativos, por outro lado as sucessivas respostas dos governos no combate a pobreza não foram efetivamente constantes, uma vez que, não conseguiram atingir o quantitativo populacional que necessitava do benefício e os valores pagos ficaram defasados no decorrer do tempo.

O menor nível de pobreza no período foi em 2014 com o impacto do PBF, no entanto, este momento de bonança não se manteve, sobretudo, em função da recessão econômica que se inicia neste período e gerou a uma grande desvalorização da moeda nacional, agravado por uma crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, gerando uma queda brusca de confiança no mercado e desestimulando investimentos no país que resultou na geração de 14 milhões de desempregados. A partir daí as iniciativas governamentais em relação à macroeconomia foram preteridas em detrimento de uma agenda neoliberal, e apesar

da manutenção das políticas públicas, o seu orçamento ficou estagnado bem como o número de beneficiários, situação agravada posteriormente pela pandemia. A implementação do AE reduziu consideravelmente por um tempo limitado a taxa de pobreza. Contudo, com a extinção do AE a pobreza voltou a assolar a população brasileira dado que as alternativas de emprego e valorização do salário mínimo, elementos considerados pela literatura até mais importantes para explicar a redução da pobreza pela literatura, tornaram-se inexistentes (SABOIA *et al*, 2019) .

Conclui-se que a transferência monetária por si só não foi efetiva no combate à pobreza. Visto que, fatores macroeconômicos de ordem nacional e internacional tais como: instabilidade econômica, inflação, variação cambial, índice de desemprego, pouco investimento em saúde e educação, e a instabilidade política impactam diretamente na população em situação de pobreza.

7. Referências

BANCO MUNDIAL. Relatório da pobreza e equidade no Brasil – mirando o futuro após duas crises. Sumário executivo, 2022.

BEGHIN, Nathalie. O COMBATE À FOME DE VARGAS A BOLSONARO. NOTA DE POLÍTICA SOCIAL 3. POLÍTICAS SOCIAIS acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, 2022.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Boletim Bolsa Família e Cadastro Único, Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais. ano 5, n. 77, Novembro, 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Brasil sem Miséria. **Cadernos de resultados 2011/2014**. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf. Acesso em: 01/10/22.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Balanço Semestral do Orçamento Geral da União: janeiro a junho de 2021. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/07/BGU-1o-Semestre-2021_Versao-Final-1.pdf>. Última visualização em: 12/10/22.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 23. Brasília: IPEA, 2015.

LUCENA, Raphael Douglas de Freitas; COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro; LIMA, Francisco Soares de; CASTELAR, Ivan. Analisando a condição de pobreza: uma aplicação da decomposição em modo empírico. **Economia Aplicada**, v. 25, n. 4, p. 493-520, 2021.

NERI, Marcelo. Mapa da nova pobreza. 2022b.

NERI, Marcelo; HECKSHER, Marcos. A montanha-russa da pobreza. 2022a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Transferência de Renda, de 12 de abril de 2021. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/gestao_de_beneficios/transferencia_de_renda/index.php?p=2009>. Acesso: 22/09/2022.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). Estudos e Pesquisas, n. 492. XXV Fórum Nacional. Rio de Janeiro: INAE, 2013.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos da Silva; CESAR, Tiago da Silva (autores ou organizadores). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: FURG, P. 317-346, 2019.

SABOIA, J. et al. Mercado de Trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda na desaceleração e crise do período 2012/2017. **Texto para Discussão**, n. 4, 2019.

SILVA, Tiago Falcão. Mito de Sísifo ou a grande transformação? A experiência brasileira com programas de transferência direta de renda. Dissertação (Mestrado em Economia e do Trabalho Social), Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.posgraduacaoredentor.com.br/link/?id=2585613>. Acesso: 10/10/22.

Souza, Pedro H. G. Ferreira de. A EVOLUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL NO SÉCULO XXI. NOTA DE POLÍTICA SOCIAL 2. POLÍTICAS SOCIAIS acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, 2022.

SOUZA, PHGF; OSORIO, RG; PAIVA, LH; SOARES, SSD. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, 2019.